



Assembleia Municipal de Vila Real

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL

Sessão de 29.06.2018

Deliberação Unanímica

*[Handwritten signature]*

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VILA REAL

2018.7.13

### Projeto de Regulamento Provisório

(Lei nº 33/98, de 18 de julho – alterada pela Lei nº106/2015, de 25 de agosto)

Vila Real, 11 de junho de 2018



Assembleia Municipal de Vila Real

## CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

### Projeto de Regulamento Provisório

#### Nota Justificativa

A Lei 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, veio criar os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva de articulação e de cooperação.

Para a prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um Regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição.

Os membros da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Real, por sua iniciativa e nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal que vigora, elaboraram um Anteprojeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Vila Real que resultou no Projeto de Regulamento Provisório, a ser submetido para aprovação pela Assembleia Municipal em sessão ordinária do corrente ano, tendo em consideração os aspetos e metodologias seguintes:

- 1- Que este Regulamento tem natureza provisória, atendendo ao preceituado no nº 1 do artigo 6º da Lei 33/98, de 18 de julho, devendo ser enviado após aprovação pela Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, uma vez que este preside ao Conselho Municipal de Segurança.
- 2- Que o Presidente da Câmara Municipal deve convocar, posteriormente, os membros do Conselho Municipal de Segurança, que reunirá pela primeira vez para emissão de parecer sobre o presente regulamento, o qual deverá ser enviado à Assembleia Municipal, acompanhado do parecer e Ata da reunião, para discussão e aprovação em definitivo.

Vila Real, 11 de junho 2018

O Presidente



## **Assembleia Municipal de Vila Real**

### **CAPITULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 1º**

##### **Definição**

O Conselho Municipal de Segurança de Vila Real, adiante designado por Conselho, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação.

##### **Artigo 2º**

##### **Objetivos**

Os objetivos a prosseguir pelo Conselho são os definidos no artigo 3º da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na redação conferida pela Lei nº106/2015, de 25 de agosto.

### **CAPITULO II**

#### **Competências**

##### **Artigo 3º**

##### **Competências**

Compete ao Conselho emitir pareceres sobre as seguintes matérias:

- a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do município;
- b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município;
- c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;
- d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos incêndios;
- e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
- f) A situação socioeconómica municipal;
- g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfego de droga;
- h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;
- i) Os dados relativos a violência doméstica;
- j) Os resultados da sinistralidade rodoviária municipal;
- k) As propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária.



**Assembleia Municipal de Vila Real**

**2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, compete ainda ao Conselho:**

- a) Emitir parecer sobre as questões que lhe forem apresentadas pelo Presidente da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, no âmbito da sua competência.
- b) Participar em ações de prevenção sobre segurança dos cidadãos.
- c) Recolher junto das entidades que o compõem, sempre que entender necessário, todas as informações relativas a questões da sua competência.

**CAPITULO III**

**Organização e funcionamento**

**Secção I**

**Composição do Conselho**

**Artigo 4.º**

**Composição**

**1. Integram o Conselho, com competência no âmbito municipal, os seguintes representantes:**

- a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
- b) O Vereador do Pelouro, quando este não seja assegurado pelo próprio Presidente da Câmara;
- c) O Presidente da Assembleia Municipal;
- d) Três Presidentes das Juntas de Freguesia, a eleger pela Assembleia Municipal no início de cada Mandato.
- e) Um representante do Ministério Público da Comarca;
- f) O comandante da Guarda Nacional Republicana;
- g) O comandante da Polícia de Segurança Pública;
- h) Os Comandantes das Associações de Bombeiros do Concelho;
- i) O Comandante dos serviços de proteção civil presentes no território do Município, ou seus representantes;
- j) O representante das IPSS no Órgão Executivo do Conselho Local de Ação Social;
- k) Um representante da Segurança Social;
- l) Um representante da Administração Regional de Saúde do Norte;
- m) Um representante do Hospital de Distrital de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- n) Um representante do INEM;
- o) Um representante da APAV;
- p) Um representante da CPCJ;



## **Assembleia Municipal de Vila Real**

- q) Um representante a designar por cada uma das seguintes associações, económicas, sindicais e patronais, nomeadamente: CGTP-IN, UGT, Associação Comercial e Industrial de Vila Real;
- r) Um representante, da área do Município, responsável pela segurança rodoviária.
- s) Cidadãos de reconhecida idoneidade a indicar em número de dois, por cada Grupo Parlamentar Municipal.

### **Artigo 5.º**

#### **Presidência**

1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, ou pelo Vereador com competência delegada.
2. Compete ao Presidente, ou ao Vereador com competência delegada, abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justifiquem.
3. O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por um secretário, designado de entre os membros do conselho;
4. O Presidente, ou Vereador com competência delegada, é substituído nas suas faltas ou impedimentos por um dos membros do Conselho, por si designado.

### **Secção II**

#### **Funcionamento**

### **Artigo 6.º**

#### **Periodicidade**

O Conselho reúne, ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que regularmente convocado para o efeito.

### **Artigo 7.º**

#### **Reuniões ordinárias**

As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, ou pelo Vereador com a competência delegada, com a antecedência mínima de quinze dias constando da convocatória o dia, hora e local em que a reunião se realizará.



## **Assembleia Municipal de Vila Real**

### **Artigo 8.º**

#### **Reuniões extraordinárias**

1. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocatória do Presidente, ou Vereador com competência delegada, por sua iniciativa ou a requerimento da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal ou de, pelo menos, um terço dos membros do Conselho, devendo o respetivo requerimento especificar o assunto que se pretende ver tratado.
2. A convocatória da reunião deve ser feita para um dos quinze dias subsequentes à apresentação do requerimento para o efeito, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas em relação à data da sua realização.
3. Da convocatória, para além do dia, hora e local da sua realização, devem constar de forma especificada os assuntos a tratar na reunião.

### **Artigo 9.º**

#### **Ordem do Dia**

1. Cada reunião terá uma Ordem do Dia, estabelecida pelo Presidente.
2. O presidente deve incluir na Ordem de Dia todos os assuntos que, para esse fim, lhe forem solicitados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respetiva competência e a solicitação seja apresentada, por escrito, com a antecedência mínima de cinco dias em relação à data de realização da reunião.
3. A Ordem do Dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data de realização da reunião, acompanhada dos elementos necessários para deliberação.
4. O período de Antes da Ordem do Dia, que não poderá exceder sessenta minutos, salvo deliberação, caso a caso, do Conselho, destina-se à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções do Conselho e não incluídos na Ordem do Dia.

### **Artigo 10.º**

#### **Quórum**

1. O Conselho funciona estando presente a maioria dos seus membros.
2. Passado trinta minutos sem que haja quórum, como referido no ponto anterior, o Presidente dará a início à reunião com os membros presentes.



## **Assembleia Municipal de Vila Real**

### **Artigo 11.º**

#### **Uso da palavra**

A palavra será concedida aos membros do Conselho por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder os 5 minutos.

### **Artigo 12.º**

#### **Atas das reuniões**

1. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.
3. As atas são elaboradas sob a responsabilidade do Secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente.
4. Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata donde constem ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

### **Secção III**

#### **Pareceres**

### **Artigo 13.º**

#### **Elaboração de pareceres**

1. Para o exercício das suas competências, os pareceres são elaborados por um membro do Conselho, designado pelo Presidente, ou pelo Vereador com competência delegada.
2. Sempre que a matéria em causa o justifique, poderão ser constituídos grupos de trabalho, que terão por objetivo a apresentação de um projeto de parecer.

### **Artigo 14.º**

#### **Aprovação dos pareceres**

1. Os projetos de parecer são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data agendada para o seu debate e deliberação, exceto quando os mesmos devam ser discutidos e aprovados em reunião extraordinária.



## **Assembleia Municipal de Vila Real**

2. Os pareceres ou as recomendações, se for caso disso, são votados globalmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião.
3. Se um parecer ou uma recomendação for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que dele conste o sentido em que votaram ou a sua declaração de voto.
4. Os pareceres aprovados pelo Conselho são remetidos pelo Presidente, ou Vereador com competência delegada, para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal, com conhecimento às autoridades de segurança com competência no território do Município.

### **CAPITULO IV**

#### **Tomada de posse e instalação do órgão**

##### **Artigo 15º**

##### **Designação dos membros**

Compete ao Presidente da Assembleia Municipal dirigir convite aos cidadãos designados para integrar o Conselho, bem como solicitar às entidades referidas no artigo 4.º a indicação dos respetivos representantes.

##### **Artigo 16º**

##### **Posse**

Os membros do Conselho, logo que designados, tomam posse perante a Assembleia Municipal.

##### **Artigo 17º**

##### **Casos Omissos**

Sem prejuízo de legislação aplicável, quaisquer dúvidas e omissões decorrentes da interpretação deste Regulamento por deliberação da Assembleia Municipal.

##### **Artigo 18º**

##### **Produção de efeitos**

O presente regulamento produz efeitos logo após a sua aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Real.